

Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 13

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STJ limita direito de uso de créditos do Imposto de Renda..... 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Milhares pedem reajuste em dia de greve geral na França..... 4

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Dar consignado a beneficiários de auxílios é insensatez (Editorial)..... 6

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

MP junto ao TCU pede suspensão do novo consignado..... 7

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Veja as propostas de Lula e Jair Bolsonaro para a economia..... 8

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Entrevista: O que se cobra do Lula é assumir um programa que não é o nosso , diz Rui Falcão
..... 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O conflito silencioso entre gerações: causas e consequências (Artigo)..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Uma nova arquitetura para o teto de gastos - FERNANDO EXMAN..... 15

TV GLOBO - DF - BOM DIA DF
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Sonegação de impostos: Polícia e MP afirmam que prejuízo chegam a R\$ 40 milhões..... 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Salário mínimo pode ter ganho real de cerca de 2% em 2023..... 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Crescimento do Brasil de 2019 a 2022 deve ser de 1,14%, diz FMI..... 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Com mercado arredio, empresas usam subsidiárias para levantar capital - COLUNA
BROADCAST..... 23

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Uso até do FGTS Futuro..... 25

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Desmatamento da Amazônia nos últimos 4 anos custa R\$ 1,18 tri..... 26

O GLOBO - RJ - MUNDO
ECONOMIA

EUA: eleitor vê risco, mas não prioriza democracia..... 27

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

IGP-10 volta a cair e tem maior deflação em 4 anos..... 28

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

4 em cada 5 mulheres no país estão endividadas, mostra pesquisa..... 29

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Na TV, Lula compara dados econômicos e Bolsonaro foca em ataques a petista..... 30

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Remessas disparam e dão fôlego à economia do México..... 31

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

AL tem lições a dar ao G7 sobre combate à inflação..... 32

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Países da UE só vencerão a crise unidos..... 33

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

"Brasil fez a lição de casa ao colocar o juro real a 8%"..... 34

O POPULAR - GO - OPINIÃO
ECONOMIA

Futuro do agro e eleições presidenciais (Artigo)..... 35

STJ limita direito de uso de créditos do Imposto de Renda

Joice Bacelo Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187359

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187359

Milhares pedem reajuste em dia de greve geral na França



Integrantes da central sindical CGT caminham em Rennes durante greve geral por reajuste salarial Damien Meyer/AFP



Boneco do presidente Emmanuel Macron é arremessado para o alto em Nice Eric Galland/Reuters

Toni Cerdà

Milhares de pessoas protestaram na França nesta terça-feira (18), um dia de greve especialmente visível nos transportes, para reivindicar um aumento salarial que compense a **inflação** e criticar a resposta do governo à paralisação nas refinarias.

As demandas incluem, ainda, mais investimentos em escolas, hospitais e **previdência social** e abandono das reformas do seguro -desemprego e da mudança da aposentadoria de 62 para 65 anos.

A gota d'água para quatro sindicatos e várias associações foi, porém, a convocação de funcionários em greve nas refinarias realizada pelo governo para

aliviar a escassez de combustível por semanas.

Quase 300 mil pessoas, segundo a CGT, e 107 mil, de acordo com o Ministério do Interior, participaram dos protestos em várias cidades.

Em Paris, houve distúrbios. Dezenas de manifestantes vestidos de preto entraram em confronto com a polícia e quebraram vitrines de lojas e 11 pessoas foram detidas.

A medida que a marcha ficou mais tensa, repórteres da Reuters viram a polícia atacar os manifestantes, enquanto a BFM TV mostrou imagens de pessoas encapuzadas e vestidas de preto quebrando vitrines. Uma fonte policial disse que seis pessoas foram presas.

Estudantes, funcionários públicos, comerciantes, trabalhadores do setor de energia e dos transportes, entre outros, foram convocados para defender o direito à greve e exigir aumento salarial.

A paralisação teve, porém, uma adesão desigual. O serviço de trens na região de Paris foi especialmente afetado.

De acordo com uma pesquisa da Elabe, 49% dos franceses desaprovam a greve, que no setor de transporte pode ser prolongada, informou o sindicato CGT nesta terça, poucos dias antes do início, na sexta-feira (14), de duas semanas de férias escolares na França.

O medo de perder poder aquisitivo foi a principal preocupação dos franceses durante o último ciclo eleitoral, e o apelo para economizar energia para evitar apagões no inverno (verão no Brasil) torna o ambiente ainda mais hostil.

Quando a França começava a virar a página da pandemia da Covid-19, a Rússia invadiu a Ucrânia, o que, com a resposta de Moscou às sanções ocidentais, fez disparar os preços da energia e dos alimentos.

Com a experiência do protesto social dos "coletes amarelos", cujo gatilho em 2018 foi o aumento dos preços dos combustíveis, o governo do liberal Macron aprovou rapidamente medidas para limitar a alta dos

preços da energia.

Segunda maior economia da UE (União Européia), a França registrou em setembro a menor taxa de **inflação** harmonizada da zona do euro, 6,2%, abaixo de outras economias, como Alemanha (10,9%), Itália (9,5%) e Espanha (9,3%), conforme o Eurostat.

"Pedimos um salário mínimo de 2.000 [R\$ 10.374], o que equivale a um aumento de 300 [R\$ 1.556]", disse o secretário-geral da CGT, Philippe Martinez, na rádio RTL, defendendo ainda um reajuste de acordo com a **inflação**.

A demanda por um aumento de 10% motivou a greve da gigante energética TotalEnergies, que começou no início de setembro e causou, ao lado da já cancelada greve da concorrente Esso-ExxonMobil, uma escassez de combustível.

A primeira-ministra da França, Élisabeth Borne, afirmou à Assembleia Nacional que menos de 25% dos postos de abastecimento continuam a ter problemas, ante 30% no fim de semana.

O gestor da rede elétrica RTE advertiu que, se a paralisação, que afeta parte das usinas nucleares, continuar, poderá comprometer o abastecimento, às vésperas do inverno.

Paralisação na Apple da Austrália anima sindicalistas nos EUA e na Europa

Dezenas de trabalhadores da Apple na Austrália abandonaram o trabalho na terça-feira (18) depois que negociações sobre salários e condições de trabalho chegaram a um impasse, o que representa a mais nova brecha na couraça da gigante da tecnologia, que está diante de um movimento de sindicalização que vem ganhando força nos EUA e Europa. A greve é pequena. Cerca de 150 trabalhadores de varejo, entre os quase 4.000 empregados da Apple na Austrália, votaram a favor de uma paralisação de uma hora. Em seguida, a partir desta quarta (19), eles se recusarão a fazer diversos trabalhos, entre os quais instalação de protetores de tela e consertos de AirPods. Mas a greve é importante em termos simbólicos. Depois de anos de harmonia trabalhista, os empregados de varejo da Apple nos EUA conseguiram superar a resistência da empresa e se mobilizaram em uma onda de protestos na era da pandemia, parte de uma expansão mais ampla dos esforços de organização trabalhista em cadeias de varejo, restaurantes e empresas de tecnologia. Em junho, uma loja da Apple em Maryland se tornou a primeira da empresa nos EUA a se sindicalizar, com os trabalhadores afirmando que queriam mais voz

Boneco do presidente Emmanuel Macron é arremessado para o alto em Nice Eric Gamard/Reuters quanto a remuneração.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50069>

Dar consignado a beneficiários de auxílios é insensatez (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - ON LINE - RJ

Dar consignado a beneficiários de auxílios é insensatez

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

MP junto ao TCU pede suspensão do novo consignado

FERNANDA TRISOTTO *fernanda.trisotto@bsb.oglobo.com.br* **BRASÍLIA**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Veja as propostas de Lula e Jair Bolsonaro para a economia

Por g1

A corrida presidencial entre Lula (PT) e Jair Bolsonaro (PL) segue acirrada, com movimentações políticas, partidos em busca de apoios e candidatos em campanha eleitoral.

Na página especial **Propostas dos políticos**, o eleitor encontra as principais promessas feitas pelos presidentiáveis para diferentes áreas, como segurança, educação, meio ambiente, infraestrutura, entre outros. Todas as propostas foram retiradas de programas de governo, entrevistas, debates e agendas de campanha.

Confira abaixo as propostas para economia dos candidatos - ordem definida pelo resultado da última pesquisa Datafolha:

Entre as principais propostas para a área econômica, Lula destaca a revogação do teto de gastos, renegociação de dívidas das famílias, aumento dos investimentos públicos. Veja, abaixo, falas do candidato e trechos do programa:

Recriação do Ministério da **Previdência Social**

A Previdência pode ser muito melhor se ela for humanizada. Então é preciso que a gente assuma o compromisso com vocês, mas sobretudo o compromisso com aqueles que não estão aposentados ainda, que vão se aposentar, de que essas coisas têm que mudar no país.

Renegociação de dívidas

Nós vamos ter que, em um primeiro momento, criar as condições para negociar essas dívidas [da população], seja com os empresários do setor de varejo, seja com as prefeituras e estados no gás e na luz, ou com os bancos. Se o povo não tem poder para consumo, a economia não cresce.

Exploração comercial da Amazônia

A gente não quer transformar a Amazônia em um santuário da humanidade, a gente quer explorar da Amazônia aquilo que a biodiversidade pode oferecer, seja do ponto de vista da indústria fármaco, seja do ponto de vista da indústria do cosmético, ou seja do

ponto de vista de outra coisa que a gente sequer conhece que existe na Amazônia.

Reestatização da Eletrobras

Reestatização da Eletrobrás, recuperar seu papel como patrimônio do povo preservando nossa soberania energética, e viabilizando programas como o Luz para Todos, que terá continuidade, e uma política sustentável de modicidade tarifária.

Reforma tributária

Reforma tributária solidária, justa e sustentável, que simplifique **tributos** e em que os pobres paguem menos e os ricos paguem mais. Essa reforma será construída na perspectiva do desenvolvimento, simplificando e reduzindo a tributação do consumo.

Mudança das alíquotas do Imposto de Renda

Fazer os muito ricos pagarem imposto de renda, utilizando os recursos arrecadados para investir de maneira inteligente em programas e projetos com alta capacidade de induzir o crescimento, promover a igualdade e gerar ganhos de produtividade.

Investimento em infraestrutura

A primeira coisa que eu quero fazer, na primeira semana de janeiro, é reunir os 27 governadores de estado desse país, independentemente de partido que eles pertençam. Porque eu quero discutir as principais necessidades de cada estado, no campo da infraestrutura, envolvendo educação e saúde. Porque a gente vai ter que começar a fazer imediatamente obras de infraestrutura em vários campos para que a economia possa voltar a crescer.

Apoio ao empreendedorismo

Financiamento de micro e pequenos empreendedores nesse país, para que as pessoas possam com toda criatividade fazer esse país voltar a funcionar

Mudança na política de preços de combustíveis

Transição para uma nova política de preços dos combustíveis e do gás, que considere os custos nacionais e que seja adequada à ampliação dos

investimentos em refino e distribuição e à redução da carestia.

Para um eventual segundo mandato, o plano de governo de Jair Bolsonaro prevê redução do papel do estado na economia, realização de reformas estruturantes, simplificação do ambiente de negócios, redução da carga tributária e compromisso com a estabilidade fiscal. Veja, abaixo, falas do candidato e trechos do programa:

Investimento em refinarias

"Incentivar parcerias com a iniciativa privada para construção de refinarias de Petróleo. "Nós somos autossuficientes em petróleo, não em refino. Então somos obrigados a importar diesel, e esse preço quem dita é o mercado internacional. Temos que fazer refinaria no Brasil. Não temos dinheiro público para tal. A iniciativa privada tem que ser conquistada para isso. Esse é o problema que nós temos."

Ajuda a municípios

"Será recriado esse ministério [da Indústria e Comércio] e, certamente, o ministro será de Minas. E mais ainda: a Secretaria Especial dos Municípios será criada também. Não apenas o recebimento dos governadores que merecem o atendimento; como todos vocês, tratados também com uma secretaria especial para as demandas dos municípios."

Exportações

Exportar cada vez mais produtos industrializados, com maior valor agregado. "O Brasil é um país fantástico. O que que falta alguma coisa para nós aqui? É agregarmos mais valor no que produzimos. Usando um exemplo grosseiro: a cada navio de minério de ferro que a gente manda para fora, que era de vocês, volta uma canoa de laptops. Nós devemos buscar maneiras de trabalhar isso."

Recuperação do poder de compra

"Manter e implantar políticas públicas que mitiguem efeitos da **inflação** mundial que se vive em função da pandemia e do conflito entre a Federação da Rússia e a Ucrânia que reduzam de imediato a perda do poder de compra do brasileiro para que este se alimente de forma adequada."

Política fiscal e reformas

O governo continuará com os esforços para garantir a estabilidade econômica e a sustentabilidade da trajetória da dívida pública através da consolidação do ajuste fiscal no médio e longo prazo que reduza a

relação entre a dívida pública e o **PIB**."

"O governo continuará e fortalecerá o aprimoramento do sistema previdenciário, com o objetivo de garantir a sustentabilidade financeira e a justiça social; além do sistema tributário brasileiro, com a meta de simplificar a arrecadação, aumentar a progressividade e torná-lo concorrencialmente neutro."

Privatizações

"Prosseguir com o reordenamento do papel estatal na economia, por meio de desestatizações e desinvestimentos de empresas estatais, para focalizar a participação do Estado em atividades essenciais e na promoção do desenvolvimento econômico, social e sustentável do Brasil."

Estímulo ao crédito

"Estimular a democratização do crédito por meio do aumento da concorrência e da competitividade do Sistema Financeiro Nacional, a ampliação dos produtos financeiros de apoio às startups, com maior prioridade de recursos para capital semente."

Site:

<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/19/veja-as-propostas-de-lula-e-jair-bolsonaro-para-a-economia.ghtml>

Entrevista: O que se cobra do Lula é assumir um programa que não é o nosso, diz Rui Falcão

Por Sérgio Roxo - São Paulo

Um dos coordenadores da área de comunicação da campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), deputado federal reeleito e ex-presidente do partido, Rui Falcão afirma que as cobranças para que Lula detalhe o seu plano econômico e aponte quem seria o seu ministro da Fazenda são tentativas de fazer com que a candidatura assuma um programa que não é o do partido. O parlamentar, que frisa falar em caráter pessoal e não em nome da campanha, defende ainda a elevação de **impostos** sobre patrimônio para cobrir o déficit nas contas públicas, critica a sucessão de ataques de baixo nível e de mentira da campanha de Bolsonaro e diz que, em caso de vitória de Lula, haverá diálogo com economistas do Plano Real. Confira abaixo a entrevista concedida na última sexta-feira (14) ao GLOBO:

Houve frustração por Lula não ter vencido no primeiro turno?

Não. O resultado foi positivo do ponto de vista do PT. Aumentamos o número de deputados de 56 para 69, elegemos quatro senadores. O Lula teve uma votação maior do que as duas últimas eleições da Dilma (Rousseff) e a última dele inclusive. Ganhamos do Bolsonaro. É a primeira vez que um presidente no exercício do mandato fica em segundo lugar no primeiro turno.

Os partidos da coligação do Lula elegeram 123 deputados. Um número que não é suficiente nem para barrar um processo de impeachment. Como lidar com isso?

Nós já havíamos denunciado que o orçamento secreto, com as emendas impositivas secretas, era um fator de desigualdade na disputa eleitoral. E isso se refletiu principalmente nas eleições parlamentares.

Mas, considerando esse cenário, é possível acabar com o orçamento secreto?

Sim. Primeiro, o orçamento não foi votado ainda e nós vamos operar para alterar o orçamento e corrigir essas

disfuncionalidades que foram criadas, inclusive repondo recursos para saúde, para educação, para os projetos sociais.

A Simone Tebet diz que o erro do Lula no primeiro turno foi não ter um programa de governo detalhado. Por que não teve?

Nós divulgamos diretrizes, acolhemos mais de 15 mil propostas dos dez partidos que compunham a coligação. Houve agora novas sugestões, inclusive através da senadora Simone Tebet. E nós apresentamos várias propostas, como a recuperação do valor real do salário mínimo, a retomada do Minha Casa Minha Vida, o mutirão da Saúde para zerar a fila de exames, a retomada da Farmácia Popular. Anunciamos também que o novo Bolsa Família será de R\$ 600 mais R\$ 150 por criança. Imposto de Renda zero para quem ganha até R\$ 5.000. Não é o caso da senadora, mas o que se cobra do presidente Lula e da nossa campanha é que a gente assuma um programa que não é o nosso. Da mesma maneira como se pede a indicação prévia de um ministro da Fazenda, algo que significaria soberba, porque é desprezar o voto do eleitor antecipando o resultado.

As propostas apresentadas tendem a trazer mais gastos ou redução de arrecadação. Como vocês vão lidar com o déficit das contas públicas, que pode chegar a R\$ 400 bilhões?

Há quem diga que é de R\$ 500 bilhões o rombo. Aliás, o próprio ministro Paulo Guedes diz: "Violamos, sim, o teto de gastos, mas de forma responsável". Então quando o Lula fala que vai acabar com o teto de gasto é porque ele já não existe na prática, pela demagogia criada pelo Bolsonaro para tentar se reeleger. Os economistas de várias colorações têm discutido maneiras de inicialmente trabalhar com esse rombo. Há a proposta do que eles chamam de waiver (licença para não cumprimento de regras) de R\$ 200 bilhões ou de 300 bilhões para o início do governo. Até que você encontre alternativas, como ter uma âncora fiscal responsável. E também esse tempo seria necessário para votar uma **reforma tributária**. Para ter uma política tributária mais justa, que desonere o consumo e incida mais sobre as grandes propriedades, as

grandes riquezas, as grandes heranças.

Mas será possível fazer com uma base parlamentar reduzida?

O Lula tem dito o seguinte: em primeiro lugar, ele vai chamar todos os governadores, todos os prefeitos para ver quais são os problemas reais e traçar prioridades. Em seguida haverá a negociação política com Parlamento, que todos os governos democráticos devem fazer. E o debate para mudar a política tributária. Isso requer também a participação da sociedade civil, dos empresários. É um processo de construção no qual o presidente Lula, com oito anos de governo, já demonstrou que tem total capacidade para fazer.

O senhor falou em pressão para assumirem um programa que não é de vocês. Agora no segundo turno, houve o apoio de economistas do Plano Real, que têm uma visão mais liberal da economia. O eventual governo vai ter um traço mais próximo desses economistas ou mais desenvolvimentista?

Acho que é prematuro detalhar um programa agora, mas nas reuniões das quais eu participei e assisti, a última delas foi com um grupo chamado Derrubando Muros, que tem economistas desse feitio, e disseram o seguinte: em nome da defesa da democracia e dos riscos implicados na eleição do Bolsonaro, nós apoiamos o Lula Incondicionalmente e irrestritamente e de forma independente. Então, ganhando a eleição é o momento de dialogar com essas pessoas e ver o que é possível acolher dentro das diretrizes que nós aprovamos e o que não é possível atender. Isso faz parte do sistema democrático.

O senhor se colocou inicialmente contra a indicação de Geraldo Alckmin para vice. Como vê hoje a união?

Participei de um debate que não era só meu. Embora eu tenha sido aquele que apareceu publicamente, muitos questionavam também essa aliança. Decidida pelo partido, eu acho que ele tem desenvolvido um bom trabalho, tem ajudado muito.

Havia uma expectativa de que ele ajudasse com o eleitorado de São Paulo, mas o Bolsonaro acabou vencendo no estado, e o Tarcísio de Freitas (Republicanos) ficou à frente do Fernando Haddad. O que ocorreu?

Ele tem ajudado em todas as participações que tem tido, tanto em São Paulo como em outros estados. Tem viajado e tem feito agenda também separado do Lula. É preciso deixar terminar a eleição para medir efetivamente esse resultado porque o Haddad está se recuperando e a eleição não está decidida em São

Paulo.

O Datafolha mostrou que 85% da população considera que o combate à corrupção é o fator que influencia no voto. A campanha não deveria deixar mais claro as propostas para combater a corrupção?

Nós temos todo um arcabouço jurídico, criado nos nossos governos, de combate à corrupção. Desde o portal da transparência, que está praticamente desativado, a Controladoria Geral da União (CGU), a lei de combate ao crime organizado, a autonomia e o reaparelhamento funcional da Polícia Federal, a autonomia do Ministério Público Federal. É preciso fortalecer esses mecanismos, acabar com sigilo de 100 anos que torna quase inócua a lei de acesso à informação. A população tem razão quando vê o combate à corrupção como uma preocupação porque ela acaba sendo vítima, com recursos que são desviados.

Qual a garantia que a população tem de que não haverá novos escândalos de corrupção, como o mensalão e a Lava-Jato?

A garantia de que a corrupção será combatida é a própria eleição do Lula. Agora, é impossível você dizer: não haverá corrupção. O importante é dizer que todos os casos de corrupção serão investigados, as pessoas envolvidas terão direito ou devido processo legal e, se condenadas, punidas.

Como está a discussão na campanha sobre a forma de indicação do procurador-geral?

Não existe essa discussão hoje porque o que nós estamos preocupados é em debater com a população propostas para melhorar a vida do povo, que está sofrendo com **inflação** de alimentos, com a crise da saúde. Na questão do procurador-geral, o presidente tem que cumprir a lei. Cada um trata de um jeito. O Fernando Henrique nomeou o procurador-geral que ele quis. O Bolsonaro também. O Lula e a Dilma preferiram acatar a proposta de nomear o primeiro de uma lista tríplice. Todos eles cumpriram a lei. São escolhas políticas, que precisam ser debatidas no devido momento.

A campanha tinha uma diretriz de não entrar nas pautas de costume. Mas isso mudou. Por quê?

Nós temos mantido a nossa linha de, predominantemente, discutir os problemas do povo. Agora você também não pode ficar inerte diante da sucessão de ataques de baixo nível, de mentira, que temos sido vítimas. Nesses casos, ele tem procurado responder nessa linha do debate, mas sem perder o foco nas questões principais.

Por que as pesquisas mostram uma vantagem grande do Bolsonaro entre os evangélicos?

Há uma distância equivalente também entre os católicos (em favor do Lula). Mas acho que há uma pressão muito grande da cúpula de algumas igrejas evangélicas em relação aos fiéis.

O tipo de ataque que está sendo usado no horário eleitoral, como o vídeo em que Bolsonaro fala de canibalismo (proibido pelo TSE), não pode ser considerado apelativo?

Não. O vídeo do canibalismo não é uma fake news. Aquilo retrata uma das características do Bolsonaro, que é desumano, que despreza as comunidades indígenas. Isso aparece claramente na política que ele autoriza de invasão de territórios indígenas para mineração irregular e desmate.

Site: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/entrevista-o-que-se-cobra-do-lula-e-assumir-um-programa-que-nao-e-o-nosso-diz-rui-falcao.ghml>

O conflito silencioso entre gerações: causas e consequências (Artigo)

FERNANDO SALDANHA - Ph.D. em economia pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT)

Outro dia assisti a um vídeo no qual Jordan Peterson (professor de psicologia na Universidade de Toronto e autor de vários livros populares) reclama que a sociedade favorece demais os jovens. Sou fã do Jordan Peterson, mas acho que ele está errado na avaliação. No Ocidente (que inclui os países avançados e a América Latina), riqueza tem sido sistematicamente transferida dos jovens, das crianças, e dos que ainda nem nasceram (sim, isso pode ser feito, como vai ficar claro abaixo) para os adultos, em particular os idosos.

A transferência de riqueza entre gerações se manifesta como excesso de consumo e insuficiência de poupança, a qual pode ser vista de duas formas. Do lado financeiro, a transferência surge como enormes deficits, tanto nas contas do governo, como na conta corrente, que se refletem em explosão do estoque da dívida pública e da dívida externa (no sentido lato, que inclui o investimento estrangeiro no país). O deficit público é a despoupança do governo e o deficit em conta corrente é a contribuição da poupança do resto do mundo.

Nosso investimento, que é pífio, está sendo financiado pelas gerações futuras e por investidores estrangeiros, que no futuro vão receber juros, dividendos e outros fluxos de caixa provenientes do Brasil. De um jeito ou do outro, as gerações futuras vão ter que pagar a conta. A dimensão financeira é a parte mais visível da transferência intergeracional de riqueza, mas mesmo boa parte da população "educada" tem pouca consciência da magnitude do problema.

Do lado real, que é o que realmente importa, a transferência de riqueza entre gerações se manifesta de várias maneiras. Algumas das principais são: a) insuficiente investimento em infraestrutura, b) preferência dos estudantes por disciplinas menos exigentes em detrimento das ciências, c) ensino público de má qualidade, com favorecimento de professores relapsos e incompetentes e gasto de tempo precioso com doutrinação ideológica, d) deterioração acelerada do meio ambiente, e) no esforço para preservar o meio ambiente com prioridade para causas politicamente corretas, como o aquecimento global, em detrimento de problemas mais

sérios como a extinção de espécies (incluindo insetos) e a escassez de água, f) indulgência em comportamento destrutivo, como protestos violentos.

Vale observar que as duas últimas constituem uma forma peculiar de consumo: bens consumidos são a chamada sinalização de virtude e, paradoxalmente, o sentimento de ser uma pessoa "boa". É óbvio o que está por trás dessa imensa transferência de riqueza entre gerações: crianças, obviamente incluindo as não nascidas, não votam. É uma decisão correta impedi-las de votar. A ciência diz que o cérebro humano não completa sua formação antes dos 18 anos. Mas como toda política pública, ela tem consequências inesperadas, e uma delas é a transferência de riqueza dos mais jovens para os mais velhos. Não é por acaso que só existe um assunto sobre o qual os atuais extremos do espectro político brasileiro concordam: a violação do teto de gastos.

Justifica-se a ocorrência das transferências intergeracionais com base na premissa que gerações futuras vão ser mais ricas do que a geração presente. No entanto, o **PIB** per capita brasileiro se encontra praticamente estagnado, tendo crescido apenas cerca de 30% desde 1980. O Brasil nem sequer conseguiu refletir os enormes avanços tecnológicos obtidos no período. E mesmo esse desempenho medíocre do **PIB** só foi obtido com considerável deterioração do meio ambiente.

Para comparar, a renda per capita da China cresceu 4.000% no período. Temos razão para acreditar que as próximas décadas serão melhores?

Durante parte desse período o Brasil se beneficiou do bônus demográfico: relativamente poucas crianças e poucos idosos. Cada trabalhador tinha que sustentar pouca gente.

Na ausência do bônus demográfico e com menos espaço para expandir a fronteira agrícola, as perspectivas para a economia brasileira não são boas. É perfeitamente possível que a renda per capita brasileira seja menor daqui a 30 anos do que é hoje. A transferência de renda dos jovens para os adultos que persiste há décadas é injustificável.

Muitas políticas que redistribuem riqueza dos jovens para os mais velhos são apresentadas ao público

como progressistas e "redistribuição de renda". A oposição à Reforma da Previdência e à impossibilidade de demitir professores incompetentes ou relapsos e de premiar os mais produtivos são exemplos particularmente claros: idosos ou professores relapsos ou incompetentes são os beneficiários, as crianças e os jovens são os perdedores, seja por arcarem com mais **impostos** no futuro ou por receberem educação de baixa qualidade.

De fato existe redistribuição de renda (ou melhor, de riqueza), mas na direção errada. Se é verdade que alguns idosos precisam de mais apoio, a grande maioria dos aposentados é desproporcionalmente beneficiada, não tanto pela magnitude de sua renda, mas pelo período demasiado longo em que a recebem por se aposentar muito cedo. Sem falar dos que se aposentam sem jamais contribuir um centavo.

Conclusão: a transferência de renda dos jovens para os adultos que persiste há décadas é injustificável, mas deve persistir por longo tempo, com consequências muito negativas para as gerações futuras.

Uma nova arquitetura para o teto de gastos - FERNANDO EXMAN

FERNANDO EXMAN

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187359?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187359?page=1§ion=1

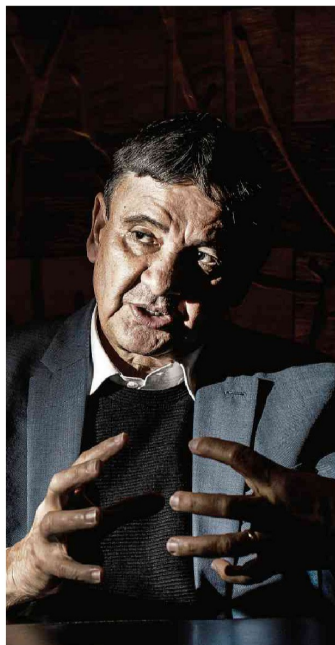
Sonegação de impostos: Polícia e MP afirmam que prejuízo chegam a R\$ 40 milhões



Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2022/10/19/TVGLOBODF-06.32.51-06.34.04-1666173718.mp4>

Salário mínimo pode ter ganho real de cerca de 2% em 2023



Fernando Moraes - 16.mai.22/UOL

IdianaTomazelli e Julia Chaib Brasília

Um dos coordenadores da campanha do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e cotado para comandar o Ministério da Fazenda em um eventual governo do petista, o senador eleito Wellington Dias (PT-PI) afirma à Folha que a equipe trabalha em um plano de governo com medidas emergenciais voltadas aos mais vulneráveis em caso de vitória em 30 de outubro.

Entre as iniciativas mais imediatas está o reajuste do salário mínimo acima da **inflação**, o que seria implementado já em 2023. Além disso, a atualização da faixa de isenção do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física) seria apresentada também no primeiro ano de mandato -podendo entrar em vigor posteriormente, após as mudanças legais.

Dias diz que a nova regra de correção do salário mínimo deve considerar o crescimento médio do **PIB** (Produto Interno Bruto) dos cinco anos anteriores, resgatando a lógica usada durante os governos petistas de considerar a expansão da economia no cálculo. "Vai ter uma média. Ela não será tão elevada, provavelmente em torno de 2% de ganho real em 2023", detalha.

Ele afirma também que os investimentos públicos devem ser mais comedidos no primeiro ano de governo, mas crescentes a partir de então. A

campanha trabalha com medidas para médio e longo prazo, com objetivos a serem atingidos até o fim de eventual mandato ou até 2035.

Ex-governador do Piauí, eleito quatro vezes para o cargo, Dias tem avaliação de que Lula, se eleito, terá uma base de apoio ampla no Congresso.

*

A campanha de Lula e Alckmin tem sido cobrada a apresentar mais detalhes do plano de governo, sob críticas de que as sinalizações dadas até agora seriam um cheque em branco. Quais detalhes a campanha pretende apresentar até o segundo turno? É natural que variados setores cobrem duas coisas, um programa detalhado e quem será o os ministros de cada área. Diz o bom senso da política que é preciso respeitar um conjunto de líderes que vão se integrando durante uma campanha. É um respeito ao próprio eleitor ou eleitora. Um candidato que já sai nomeando o ministro demonstra um desrespeito, um sapato alto, um "já ganhou". Então primeiro vencer as eleições. Depois que vence as eleições, aí, sim, monta uma equipe de transição, faz um detalhamento maior da proposta, década item pactuado.

O povo brasileiro já sabe que é uma certeza, no programa do presidente Lula, cuidar dos mais pobres, cuidar de quem mais precisa. Mas também é um governo que tem um olhar especial para a classe média.

Há propostas como a atualização da faixa de isenção na tabela do Imposto de Renda. Isso aqui está garfando da renda da classe média aproximadamente 120% de remuneração por ano, ou seja, alguém que ganha R\$ 4.000 [por mês] está perdendo R\$ 4.800 por ano pela falta dessa atualização. Então, há um compromisso do presidente Lula de apresentar uma proposta para recuperar essa faixa de isenção, na perspectiva de ampliar consumo e a renda da classe média.

Isso o sr. colocaria como uma das primeiras medidas do novo governo, logo no início do mandato? Isso. Ela é uma medida que passa pelo Congresso e será apresentada já no primeiro ano do mandato. Não sei dizer qual o tempo necessário [para implementação], porque depende de mudança na legislação.

E temos a política de atualização do salário mínimo com ganho real, ou seja, além da **inflação**, com base numa nova política de reajuste pela **média** dos últimos cinco anos do crescimento do **PIB**. O **PIB** tem período que sobe, período que cai, mas, de uma forma segura, a média permite ampliar a renda na base da pirâmide.

Se tivesse continuado a política do presidente Lula, o salário mínimo teria [hoje] um valor de aproximadamente US\$ 400 [aproximadamente R\$ 2.100; o salário mínimo de 2022 é de R\$ 1.212, o equivalente a cerca de US\$ 230]. Houve agora [no governo Bolsonaro] uma perda de poder aquisitivo. O Brasil está entre os dez países de economia mais forte, e todos têm uma política acima de US\$ 400. Na maior parte, acima de US\$ 800. Então tem um plano para o curto prazo, mas também para o médio e longo prazo, na perspectiva de o Brasil alcançar um patamar que outros países com o mesmo nível econômico já alcançaram.

Vocês têm simulação de para quanto poderia ir o salário mínimo com essa regra da média do **PIB** dos últimos cinco anos? Hoje ele está em R\$1.212. Nós tivemos um decréscimo somado com aumento do **PIB**, e vai ter uma média. Ela não será tão elevada, provavelmente em torno de 2% de ganho real em 2023.

Pessoas da campanha dizem que algumas coisas seriam feitas nos seis primeiros meses de governo. É por aí mesmo? Nós vamos trabalhar com medidas emergenciais, provavelmente os primeiros seis meses, e medidas também mais estruturais, mais definitivas. [Serão medidas] de curto prazo, provavelmente com um olhar para o primeiro ano, de médio prazo, com um olhar nos quatro anos de mandato até 2026, e também medidas de longo prazo, provavelmente até 2035.

Nas medidas emergenciais está, por exemplo, a proposta para atualizar as faixas de isenção do IR, voltada para tirar esse garrote do pescoço da classe média. É parte de uma estratégia para ampliar consumo, demanda, para impulsionar o crescimento econômico. O salário mínimo também é uma medida emergencial.

Mas temos emergências das emergências. A fome é uma realidade. Por isso o Auxílio Brasil terá um formato em que os R\$ 600 são o mínimo, mas, para cada criança na família, tem um acréscimo. Cuidar emergencialmente dos que precisam de atendimento nas filas de saúde, tanto pela pandemia como pelo descaso, pela falta de planejamento. A atualização da vacinação para todas as doenças do Brasil é emergencial.

Uma das grandes incógnitas do plano da campanha é a regra fiscal que seria proposta pelo PT no lugar do teto de gastos. Já tem um consenso sobre a direção a ser seguida? O presidente Lula deixa claro: precisa ter a definição de um valor para investimentos. É melhor fazer uma previsão real, acrescida do valor do investimento necessário, e a partir daí se faz um plano com medidas de curto prazo.

Sim, controle de despesas. Ao abrir o orçamento secreto, muita coisa ali não faz sentido e haverá corte. Temos a necessidade de fazer um plano numa perspectiva de o Brasil sair de uma situação de déficit para uma situação de superávit. É esse caminho que queremos alcançar.

A retomada dos investimentos seria no primeiro ano ou ao longo do mandato? No primeiro ano, certamente a gente terá um investimento mais comedido, mas a perspectiva é de crescimento ano a ano. Nós acreditamos, de um lado, na necessidade do controle das contas públicas. Do outro, um plano para garantir investimento social e econômico. É claro que o país terá um olhar especial para os pequenos.

O presidente Lula vai dialogar com todo o sistema financeiro para ter linhas de crédito voltadas para dar conta do endividamento dos mais pobres e da classe média. Por isso um fundo garantidor, que permita juros mais baixos.

O BNDES vai emprestar para os grandes, para os médios, sim, mas terá uma prioridade ainda maior para os autônomos, microempreendedor individual e os pequenos negócios. É apoiando os empreendedores que a gente gera mais emprego, renda, fez crescer o consumo. O Brasil cresceu uma média de 4%. A gente quer atingir 5,5%.

O ex-presidente Lula já citou que ele deseja um ministro da Fazenda com um perfil mais político. O sr. é citado nesse contexto como um possível nome para ministro da área econômica. Já houve essa conversa? O senhor aceitaria um eventual convite? O presidente Lula, desde setembro do ano passado, quando eu passei a integrar a coordenação da campanha, ele nunca tratou nem comigo, nem qualquer pessoa da coordenação ou não sobre composição de ministério. E ele a cada momento repreende qualquer diálogo sobre esse tema e deixa claro que isso é uma posição pessoal, como já fez em outras eleições, em respeito à sua excelência, o eleitor e a eleitora. Venceu as eleições, ele tomará essa decisão.

Eu pessoalmente estou muito comprometido, muito entusiasmado para o mandato de senador, para trabalhar as prioridades do meu Piauí, do Nordeste, do Brasil. Nosso campo político contará com um senador

como um fiel escudeiro da proposta que, se Deus quiser, será vencedora no dia 30 de outubro.

Um número considerável de aliados do presidente Jair Bolsonaro conquistou uma cadeira no Senado neste ano. Se Lula for eleito, a composição do Congresso vai ser um desafio à aprovação das medidas do novo governo? Acho que tem um erro quando se faz [a leitura] pelas siglas partidárias. Se a gente olhar o Brasil como deve ser olhado, entre o campo democrático e o campo autoritário: a partir desse olhar, o Congresso Nacional, os governadores e governadoras eleitos, a Câmara e o Senado têm uma composição bem mais ampla. Nós vamos ter, na minha visão, um conjunto de líderes que estão no União Brasil, no Republicanos, no Partido Progressista, assim como do MDB, do PSDB, do PSD, que são defensores da democracia e têm compromisso com o país.

Quando faço as contas, encontro entre 350, 370 parlamentares na Câmara que têm esse pensamento. Encontro no Senado, entre os eleitos, 20 que têm esse pensamento, compromisso com a democracia, com as variadas áreas.

Só20? Temos mais25,30dos que já são senadores ou senadoras, que já fizeram campanha com Lula, Alckmin. Então a gente pode ter, com segurança, 45, 50 membros do Senado. É possível governar o Brasil sem esse toma lá, dá cá, sem essa faca na garganta com que alguns se acostumaram, sem aceitar se colocar como refém de quem quer que seja.

O sr. acredita que o STF deve derrubar o orçamento secreto? A rigor, no presidencialismo, é o presidente da República que tem a missão de apresentar o plano e de executar. Abre-se uma exceção de verba de contingência, e o Parlamento pode acrescentar uma rubrica nova se for pactuada com o Executivo. O meu receio é que essa perigosa decisão do orçamento secreto -na minha visão ilegal, inconstitucional- possa causar um prejuízo nessa relação.

Defendo que o bom mesmo é que pelo Executivo, pactuando com o Legislativo, já volte ao eixo. Porque, se for o julgamento ao pé da letra, é possível que seja considerada inconstitucional qualquer forma de interferência do Legislativo no Orçamento do Executivo, assim como o Executivo não pode interferir no orçamento do Legislativo ou do Judiciário. Veja, se o Legislativo pode interferir no Orçamento do Executivo, por que não pode também no do Judiciário?

Ou seja, na avaliação do sr., é melhor o Congresso topar um diálogo para chegar a um denominador comum do que arriscar perder todas as emendas, não só de relator? É exatamente isso.

Wellington Dias, 60

Nascido em Oeiras (PI), é formado em letras pela Universidade Federal do Piauí e tem especialização em políticas públicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Elegeu-se quatro vezes governador do Piauí, exercendo seus mandatos entre 2003 e 2010, depois entre 2015 e 2022. Também foi senador entre 2011 e 2014, cargo para o qual se elegeu novamente neste ano.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50069>

Crescimento do Brasil de 2019 a 2022 deve ser de 1,14%, diz FMI

RICARDO LEOPOLDO

Dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) indicam que o Brasil deve registrar no governo Jair Bolsonaro um crescimento médio do **PIB** de 1,14%, um resultado bem inferior ao que deve ser alcançado por um grupo de 24 países emergentes e também entre 19 nações da América Latina e do Caribe.

Entre os 24 países que servem de referência para o MSCI Emerging Markets Index, o desempenho do **PIB** do Brasil de 2019 a 2022 fica na 18.^a posição.

Em relação às 19 nações da América Latina e do Caribe que apresentaram crescimento médio nestes quatro anos, o Brasil alcança o 12.^o lugar.

Essa análise compara o desempenho da economia dos países em quatro anos e considera o impacto da pandemia para todos. Ela foi realizada com base em dados do FMI.

Os números relativos ao desempenho do produto interno bruto de todos os países em 2022 são as projeções do FMI divulgadas na semana passada pelo relatório Perspectiva da Economia Global.

No caso dos 24 países que fazem parte do índice MSCI de emergentes, a China alcança a primeira posição, com um avanço médio do **PIB** de 4,84% entre 2019 e 2022. Ela é seguida por Egito, Turquia, Taiwan, Colômbia e Hungria. O Brasil apenas superou o desempenho de Kuwait, México, República Tcheca, Catar, África do Sul e Tailândia.

NA REGIÃO.

Em relação às nações da América Latina, a liderança ficou com a República Dominicana, com um crescimento médio de 3,73% no período.

O Brasil ficou atrás de 11 países, entre eles Colômbia, Guatemala, Costa Rica, Belize, Nicarágua e Chile. A alta média de 1,14% do **PIB** nacional só superou a de Aruba, México, Dominica, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Argentina.

O Brasil cresceu 1,2% em 2019, mas o Produto Interno Bruto caiu 3,9% em 2020 sob os efeitos da pandemia. No ano seguinte, ocorreu uma expansão de

4,6%. Para 2022, o FMI estima um avanço de 2,8% do **PIB**. Dessa forma, a média atingiu 1,14%, com casas decimais arredondadas.

Nos dois mandatos do expresidente Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2002, o crescimento médio foi de 2,45%. Nos oito anos da administração de Luiz Inácio Lula da Silva, a taxa foi de 4,0% entre 2003 e 2010. Durante os seis anos incompletos da gestão de Dilma Rousseff, de 2011 até o fim de agosto de 2016, o indicador atingiu apenas 0,29%, dada a maior recessão da história registrada em 2015 e no ano seguinte.

Nos dois anos inteiros do governo de Michel **Temer** como presidente (2017 e 2018), a média foi de 1,55%.

Para especialistas internacionais, entre os fatores que levaram ao desempenho abaixo da média estão a necessidade de reformas estruturais, os conflitos institucionais frequentes em Brasília e a política ambiental do atual governo, que permitiu o aumento expressivo do desmatamento (leia abaixo mais análises).

O Ministério da Economia foi procurado para se pronunciar sobre o tema, mas não se manifestou.

"Com o teto, o Brasil estaria crescendo 3%"

Um dos principais fatores que podem explicar o crescimento tão baixo do Brasil de 2019 a 2022, segundo analistas, é a desarmonia entre as políticas fiscal e monetária a partir de 2021, com o abandono do teto de gastos. Neste ano, o atual governo também não cumpriu tal regra constitucional considerando o aumento de despesas assistenciais durante a disputa eleitoral.

"O rompimento do teto de gastos foi um erro, abalou a credibilidade na área fiscal, provocou fuga de capitais e depreciação cambial", avalia José Márcio Camargo, economista-chefe da Genial Investimentos.

"Nesse contexto, o Banco Central precisou empregar uma política monetária bem mais restritiva para combater a **inflação**, o que impactou na expansão do **PIB**. Se o teto de gastos tivesse sido mantido, o Brasil estaria crescendo 3%", projeta.

A ação do BC para coibir a **inflação** bem antes do que muitos outros países, a partir de março de 2021, e que ganhou elogios internacionais, foi influenciada em boa medida pela mudança da política fiscal no ano passado.

"Mas tal movimento que levou a Selic a 13,75% provocou, na prática, um "overshooting" (sobrecarga) de juros, sobretudo devido aos gastos excessivos do governo nos 2 últimos anos", comenta Bráulio Borges, economista sênior da LCA e pesquisador do Ibre da FGV.

"Para ter um ritmo maior de crescimento, o Brasil precisa de ambiciosas reformas estruturais, como a liberalização do comércio externo", aponta Martin Castellano, chefe do departamento de pesquisa para a América Latina do Institute of International Finance.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

RANKINGS

Taxa média de crescimento de 2019 a 2022

Países emergentes

EM PORCENTAGEM

1º	CHINA	4,84
2º	EGITO	4,7
3º	TURQUIA	4,68
4º	TAIWAN	4,06
5º	COLÔMBIA	3,37
6º	HUNGRIA	3,11
7º	POLÔNIA	3,01
8º	ÍNDIA	2,99
9º	INDONÉSIA	2,95
10º	COREIA DO SUL	2,05
11º	FILIPINAS	1,95
12º	CHILE	1,94
13º	EMIRADOS ÁRABES UNIDOS	1,78
14º	MALÁSIA	1,74
15º	ARÁBIA SAUDITA	1,66
16º	PERU	1,51
17º	GRÉCIA	1,36
18º	BRASIL	1,14
19º	KUWAIT	0,99
20º	MÉXICO	0,99
21º	REPÚBLICA TCHECA	0,65
22º	CATAR	0,48
23º	ÁFRICA DO SUL	0,15
24º	TAILÂNDIA	0,016

Países da América Latina e Caribe

EM PORCENTAGEM

1º	REPÚBLICA DOMINICANA	3,73
2º	COLÔMBIA	3,37
3º	GUATEMALA	3,34
4º	COSTA RICA	2,39
5º	BELIZE	2,1
6º	NICARÁGUA	2,06
7º	CHILE	1,94
8º	HONDURAS	1,92
9º	EL SALVADOR	1,57
10º	PERU	1,51
11º	PANAMÁ	1,17
12º	BRASIL	1,14
13º	ARUBA	0,99
14º	MÉXICO	0,99
15º	DOMINICA	0,99
16º	URUGUAI	0,87
17º	PARAGUAI	0,8
18º	BOLÍVIA	0,67
19º	ARGENTINA	0,34

FONTE: FMI / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Com mercado arredio, empresas usam subsidiárias para levantar capital - COLUNA BROADCAST

**CYNTHIA DECLOEDT, ALTAMIRO SILVA JUNIOR E
MATHEUS PIOVESANA/ CRISTIANE BARBIERI (edição)**

Ofertas iniciais de ações (IPOs, na sigla em inglês) de subsidiárias estão se tornando recorrentes como estratégia de captação de recursos e valorização dos negócios de conglomerados e multinacionais. Conhecida em Wall Street e na Faria Lima como "carve out", a estratégia foi usada recentemente na abertura de capital da Porsche pela Volkswagen, operação de mais de R\$ 9 bilhões, apesar do ambiente de volatilidade e aversão a risco. Entre as latino-americanas, a Natura Co anunciou que estuda um IPO ou a separação da marca e unidade de negócios de luxo Aesop - e viu suas ações subirem quase 10% ontem. A Vale tenta estratégia semelhante com a venda de fatia de seu negócio de cobre e níquel, que pode movimentar US\$ 2,5 bilhões.

Ideia é trazer à luz negócio secundário

Para o chefe do banco de investimento do JPMorgan no Brasil, Pedro Juliano, o movimento ocorre em um momento de redução de liquidez e pode inspirar empresas brasileiras a buscarem estratégia semelhante.

Ele diz que o processo gera ganho de capital às matrizes e traz à luz um negócio "escondido" na empresa.

Custos devem ser levados em conta

O chefe do banco de investimento do Citi Brasil, Eduardo Miras, diz que é preciso ter um ativo relativamente grande dentro do portfólio para realmente destravar valor. Ele afirma ainda que, com a criação de companhia própria, é necessário ponderar os custos da estratégia e o valor que cada empresa terá.

OPÇÃO

Abertura de capital da Porsche na Bolsa de Frankfurt levantou mais de R\$ 9 bilhões; alternativa em cenário de aversão a risco

TENDÊNCIA.

Esta semana, a Intel anunciou o IPO de sua unidade de automóveis autônomos Mobileye. A empresa pretende usar os recursos captados para construir fábricas de chips. Fundada em 1999, a Mobileye tem entre seus clientes as montadoras como BMW, Audi e General Motors. Em 2017, foi adquirida pela Intel por US\$ 15,3 bilhões.

MAIS.

Outro exemplo de carve out foi realizado pela seguradora americana AIG, que queria se desfazer de sua subsidiária Corebridge Financial, em um IPO que movimentou US\$ 1,68 bilhão em meados de setembro, em Nova York.

SOLUÇÕES.

Com o mercado de capitais americano caminhando para um dos piores anos para ofertas de ações em duas décadas, as operações têm encontrado um ambiente desafiador.

A Mobileye esperava lançar a operação com a empresa avaliada em US\$ 50 bilhões, mas agora busca um valor abaixo de US\$ 20 bilhões. No caso da abertura de capital da Porsche, a ação saiu com desconto em relação ao papel da Ferrari, sua concorrente mais próxima listada em Bolsa.

PAIXÃO.

Com a compra de concorrentes e expansão da rede de lojas, a Fortbras, principal aposta do fundo americano Advent no setor de autopeças no Brasil, deve chegar este ano a um faturamento de R\$ 2,7 bilhões, crescimento perto de 22% em relação ao ano passado.

Comprada em 2016 com apenas 18 lojas, a varejista chegará hoje à sua unidade de número 200, aberta na cidade de São João Del Rey (MG).

ACELERADO.

A Fortbras já fez cinco aquisições desde 2016 e vem inaugurando uma média de 30 novas unidades por ano.

Mesmo nesse ritmo de expansão, que a tornou o maior do varejo de autopeças no Brasil, a companhia ainda tem participação de mercado de apenas 2,3%, o que mostra como o segmento é bastante pulverizado e tem espaço para mais negócios.

Por isso, a tese do investimento do fundo americano Advent no mercado de autopeças brasileiro passa pela consolidação desse setor.

DEMANDADO.

A fintech Nexoos, que hoje é parte da Ame, braço financeiro da Americanas, deve chegar em breve à marca de R\$ 1 bilhão em crédito concedido desde sua criação, em 2016. Até aqui, já foram R\$ 950 milhões. Embora não abra os números em detalhes, a empresa aumentou em 137% o volume de crédito originado entre o primeiro semestre do ano passado e igual período deste ano.

FRENTES.

De acordo com o CEO da Nexoos, Daniel Gomes, novas linhas de negócio devem ajudar a manter o crescimento, mesmo diante da piora do ciclo de crédito no País. A inadimplência, ele afirma, está em linha com o mercado - que tem observado piora no indicador recentemente.

MODELO DE NEGÓCIO.

A Nexoos concede crédito a pequenas empresas, e também opera como sociedade de empréstimo entre pessoas (SEP), figura que faz o "match" entre poupadores e quem precisa de dinheiro.

O modelo de negócio chamou atenção da Ame, que adquiriu a fintech Nexoos no ano passado.

SOBE

Apetite por risco favorece bancos

O maior apetite por risco e o bom humor no mercado externo favoreceram os bancos ontem na B3. O Banco do Brasil subiu 5,08%, Itaú avançou 2,46%, e Santander, 1,58%. Os papéis ON do Bradesco tiveram alta de 0,91% e os PN, de 0,76%. Para analistas da Terra Investimentos, "agora que a perspectiva mudou um pouco na Europa, os investidores estão aproveitando para comprar os ativos descontados em outras Bolsas".

DESCE

Possível desaceleração no consumo derruba varejo

Os papéis das varejistas fecharam em queda ontem na B3 pressionados pelo recuo do IBCBr de agosto, segundo analistas.

O dado é considerado uma prévia do **PIB** e frustrou o mercado, uma vez que pode indicar desaceleração no consumo no fim do ano.

Via recuou 2,01%, Magazine Luiza, 1,14%, e Americanas, 0,23%. Dados recentes do indicador de Varejo Ampliado da Cielo também apontaram crescimento modesto de 0,3% em setembro.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Uso até do FGTS Futuro

**ELIANE OLIVEIRA, GERALDA DOCA E FERNANDA
TRISOTTO economia@oglobo.com.br BRASÍLIA**

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Desmatamento da Amazônia nos últimos 4 anos custa R\$ 1,18 tri

CÁSSIA ALMEIDA cassia@oglobo.com.br

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

EUA: eleitor vê risco, mas não prioriza democracia

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

IGP-10 volta a cair e tem maior deflação em 4 anos

Alessandra Saraiva Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187359?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187359?page=1§ion=1

4 em cada 5 mulheres no país estão endividadas, mostra pesquisa

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187359?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187359?page=1§ion=1

Na TV, Lula compara dados econômicos e Bolsonaro foca em ataques a petista

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187359?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187359?page=1§ion=1

Remessas disparam e dão fôlego à economia do México

Roberto Lameirinhas De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187359?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187359?page=1§ion=1

AL tem lições a dar ao G7 sobre combate à inflação

Michael Stott

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187359?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187359?page=1§ion=1

Países da UE só vencerão a crise unidos

. *Por Martin Wolf*

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/impresso>

"Brasil fez a lição de casa ao colocar o juro real a 8%"

Adriana Cotias De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187359

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187359

Futuro do agro e eleições presidenciais (Artigo)

Sou engenheiro agrônomo, professor da Escola de Agronomia da UFG e atuei profissionalmente no setor privado por vários anos, na área de melhoramento genético, que também é tema do meu doutorado. Sei que o atual debate eleitoral está acirrado e vários tons acima do razoável. Mas peço que deixe de lado a paixão política e a opinião e confira a eloquência destes números.

Nunca houve tantos recursos de crédito para a atividade em condições de juros tão baixos e disponibilizados na hora certa como na época em que o PT administrou o país. Primeiro, o Plano Safra, voltado para os investimentos da agricultura empresarial.

Em valores corrigidos pela **inflação**, segundo a Calculadora do Banco Central, o aporte de recursos foi o equivalente a R\$ 59 bilhões na safra 2002/2003, primeiro ano do governo Lula, e chegou a R\$ 256,5 bilhões em 2015/2016, último ano do governo Dilma. Ou seja, um aumento de 335%.

Com relação à agricultura familiar, grande responsável pela produção de alimentos e geração de trabalho e renda, o volume de recursos cresceu 589,74%, passando de R\$ 4,19 bilhões em 2002/2003 para R\$ 28,90 bilhões em 2015/2016.

No governo Dilma, foi possível expandir sem precedentes a capacidade de armazenamento nas propriedades com financiamento de longo prazo e com período de carência adequado.

No que diz respeito à pesquisa agropecuária, de 2002 a 2015, a Embrapa e as universidades foram valorizadas e puderam contribuir com os avanços tecnológicos da agricultura brasileira, tornando-a líder mundial em diversas áreas.

A forma respeitosa como nossos parceiros internacionais foram tratados permitiu que nos tornássemos grandes exportadores de produtos do agro, o que favoreceu a geração de divisas para o país.

Diante da irresponsabilidade do atual governo com o meio ambiente, estimulando o desmatamento, o garimpo e o uso indiscriminado de produtos químicos, muitos deles proibidos em várias partes do planeta,

estamos diante de uma ameaça a essa pujança do nosso competitivo e fundamental agronegócio - tanto pelos prejuízos ao regime de chuvas e pela contaminação dos solos e das águas, quanto pelas sanções econômicas internacionais que não tardarão a ser aplicadas, prejudicando quem produz corretamente.

Precisamos atuar de forma responsável na preservação dos nossos recursos naturais, como a água, nossa maior riqueza, e a nossa biodiversidade que tem potencial inigualável para a solução de problemas da humanidade e a geração de resultados econômicos. Isso pode ser feito sem renunciar à produção de alimentos, biocombustíveis e insumos para toda a agroindústria, necessários à segurança alimentar e ambiental do Brasil e do mundo.

Os investimentos dos governos Lula no agro, na Educação, na Ciência, na Cultura e na Saúde foram inigualáveis, não apenas porque as condições econômicas permitiram, mas, principalmente, porque essas áreas são prioritárias na concepção de Estado do ex-presidente.

Eu apoio Lula e entendo que, por reconhecimento, por responsabilidade e por sobrevivência, aqueles que atuam no setor agropecuário devem apoiar a Frente Democrática para a eleição de Lula e Alckmin.

Edward Madureira Brasil é ex-reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG) e foi candidato a deputado federal pelo PT

Site: <https://opopular.com.br/digital/19-outubro-2022/opopular>